

Lição 5: Se o quod quid pode ser demonstrado tomando-se o que é exigido para um quod quid

“ a6. Podemos, no entanto— a9. Ou a verdade é que,— a12. Além disso, assim como em— a20. O seguinte tipo a23. A questão é suplicada— a24. e como premissa— a28. Novamente, tanto a prova por— a34. Como então por definição

Depois de mostrar que o *quod quid* não pode ser demonstrado nem por termos conversíveis nem pelo método da divisão, o Filósofo mostra aqui que ele não pode ser demonstrado tomando-se o que é exigido para um *quod quid*. A respeito disso, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra o que propõe. Segundo, conclui de tudo o que foi dito anteriormente que não há nenhuma maneira pela qual o *quod quid* possa ser demonstrado (92a34). Quanto ao primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, emprega razões próprias ao que propõe. Segundo, emprega uma razão comum ao que está sendo dito agora e ao que foi dito acima (92a28). Quanto ao primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra que o *quod quid* não pode ser demonstrado tomando-se o que pertence à noção do seu *quod quid*. Segundo, mostra que o *quod quid* desta coisa não pode ser demonstrado tomando-se o *quod quid* de alguma outra coisa (92a40). Em relação ao primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, levanta a questão. Segundo, argumenta a favor de sua proposta (92a9).

Ele pergunta, portanto, primeiro (92a6) se alguém poderia demonstrar o que algo é segundo sua substância, supondo que o *quod quid* de uma coisa pode ser obtido se forem satisfeitas as condições que são próprias do *quod quid*: por exemplo, se alguém provasse que animal terrestre bípede é o *quod quid* do homem, tendo tomado como médio o fato de que esta noção é convertível com o homem e é composta de gênero e diferença; que são as únicas condições exigidas para um *quod quid*. Além disso, este todo, que foi afirmado, é próprio do *quod quid* porque é o ser ou a realidade dele, i.e., daquilo que é *quod quid*. É como se ele estivesse dizendo que ser uma noção convertível composta de um gênero e diferença é exatamente o mesmo que ser o *quod quid*.

Então (92a9) ele apresenta duas objeções contra a questão acima, mostrando que o *quod quid* não pode ser demonstrado da maneira sugerida. A primeira delas é que, assim como as maneiras de demonstrar anteriormente mencionadas falharam porque assumiam a própria coisa em questão,

também no presente caso. Pois ele também assume o *quod quid erat esse*, como por exemplo quando se assume que toda noção convertível composta de gênero e diferença significa o *quod quid est*; consequentemente, a prova não é aceitável. Pois nunca se deve tomar como médio a própria coisa que a demonstração pretende provar; ao contrário, é necessário demonstrá-la através de algum outro médio.

Então (92a11) ele dá a segunda razão, que se baseia em uma semelhança com um silogismo. Pois quando uma pessoa silogiza, não é exigido que ela use a definição de silogismo para silogizar; porque os itens dos quais um silogismo procede são tais que cada item é ou uma proposição inteira, i.e., uma proposição universal ou maior, ou uma parte, i.e., uma proposição particular ou menor subsumida sob a maior. Consequentemente, a definição de um silogismo não é uma das coisas das quais um silogismo procede. Da mesma forma, se alguém deseja silogizar o *quod quid erat esse* de algo, não é exigido que mencione o que é um *quod quid erat esse*; mas deve ter isso reservado em sua mente, além dos itens que são colocados na definição ou no silogismo. Pois estas noções de um silogismo e de uma definição funcionam na definição e na silogização como regras de arte que um artesão deve respeitar em suas obras. Ora, um artesão que faz uma faca não o faz estabelecendo as regras segundo as quais trabalha, mas à luz das regras que tem em sua mente, examina se a faca foi bem feita. Assim, também, uma pessoa que silogiza não menciona a noção de um silogismo enquanto silogiza, mas, tendo em vista a noção de um silogismo, examina o silogismo que fez, para ver se é bom.

Portanto, se uma pessoa se perguntasse, uma vez formado um silogismo, se ele silogizou ou não, aquele que formou o silogismo pode resolver esta dúvida mostrando que ele silogiza, com base no fato de que um silogismo é tal e tal coisa. Assim, também, uma pessoa que pretende silogizar o *quod quid erat esse* deve reservar em sua mente a noção do que é um *quod quid erat esse*, para que, se alguém disser que um *quod quid erat esse* não foi silogizado, ela possa responder que foi, porque tal e tal coisa é apresentada como o *quod quid erat esse*. Deste modo, portanto, fica claro que uma pessoa que silogiza um *quod quid erat esse* não deve afirmar o que é um silogismo ou o que é um *quod quid erat esse*.

Então (92a20) ele mostra que o *quod quid* de uma coisa não pode ser demonstrado a partir do *quod quid* de outra coisa. A respeito disso, ele faz duas coisas. Primeiro, propõe o que pretende. Segundo, prova o que propõe (92a23).

Ele diz, portanto, primeiro (92a20) que o *quod quid* não é provado, se alguém desejasse prová-lo supondo o *quod quid* de alguma outra coisa; por exemplo, se alguém procedesse de tal maneira a assumir que o ser ou a realidade do divisível e do mal é o mesmo, i.e., que a divisão é o *quod quid* do mal, e então argumentasse da seguinte maneira: "Em todas as coisas que têm um contrário, o *quod quid* de um contrário é um contrário; mas o contrário do bem é o mal, e do divisível o contrário é o indivisível: portanto, segue-se que o indivisível é o *quod quid* do bem." E estes exemplos são tomados segundo a opinião de Platão de que a noção do uno e do bem são a mesma. Pois notamos que tudo busca a unidade como seu próprio bem. Mas o uno é o mesmo que o indivisível; e assim, em virtude da oposição, segue-se que o mal é o mesmo que o divisível. Pois tudo evita a divisão de si mesmo, porque através da divisão tende ao que é despedaçado e imperfeito.

Em seguida (92a23), ele prova o que propôs, ou seja, que o *quid é* não pode ser demonstrado, apresentando duas razões. A primeira delas é que, mesmo segundo este método, demonstra-se assumindo o *quod quid erat esse*, e assim assume-se o que se deveria provar.

Em seguida (92a24), ele apresenta a segunda razão, dizendo que não é apenas impróprio tomar o *quod quid erat esse* ao demonstrar, mas esta impropriedade é agravada quando se toma um *quod quid erat esse* para demonstrar um *quod quid erat esse*: porque mesmo nas demonstrações em que se prova algo acerca de algo, digamos, um atributo próprio de um sujeito, toma-se um *quod quid erat esse* como termo médio; no entanto, o assim tomado não é a própria coisa que se deveria concluir nem algo que tenha a mesma noção e seja convertível. Mas o bem e o indivisível, e o mal e o divisível, têm a mesma noção; e cada par é convertível, porque, posto um, o outro é posto, e vice-versa.

Em seguida (92a28), ele apresenta uma razão comum contra qualquer um que demonstre a partir de suposição e divisão. E diz que a mesma objeção é dirigida contra ambos, isto é, contra quem tenta demonstrar o *quid é* por divisão e contra quem procede estabelecendo o *quid é* no silogismo. Pois é claro que uma definição significa algo que é uno: logo, para significar essa unidade, os itens estabelecidos na definição devem ser arranjados sem uma conjunção; assim, deve-se dizer que o homem é um animal bípede terrestre, mas não que o homem é animal e bípede. Portanto, se alguém deseja provar o *quid é*, deve provar que uma coisa é formada a partir das coisas assumidas. Mas não é necessário, de acordo com os métodos acima citados de divisão e suposição, que um predicado seja formado a partir desses itens que são tomados para definir: pois poderiam ser vários, por exemplo, se alguém afirmasse que o homem é gramático e músico. Parece, portanto, que, segundo as maneiras mencionadas acima, o *quid é* não é provado.

Em seguida (92a34), ele conclui do anterior que não há maneira de provar o *quid é*, dizendo: se então o *quid é* não pode ser provado nem por termos convertíveis, nem por divisão, nem por oposição, como poderá o definidor demonstrar a substância de uma coisa ou o *quid é*? Pois agora está claro, a partir do anterior, que ele não a prova segundo o método pelo qual, em virtude de itens que são *per se* conhecidos, se manifesta que algo mais deve seguir através de coisas que são ditas – o que é exigido para uma demonstração.

No entanto, além desses três modos, há um quarto, a saber, pela indução. Mas acontece que o *quid é* não pode ser provado por singulares manifestos, ou seja, de tal modo que algo seja predicado de todos e não seja algo que possa ser de outra forma: porque quem assim procede por indução não demonstrará o *quid é*, mas demonstrará que algo é ou não é; por exemplo, que todo homem é animal, ou que nenhum animal é pedra.

Mas nenhum outro método está disponível para demonstrar o *quid é*, exceto talvez o método de demonstrar algo aos sentidos, como quando algo é apontado com o dedo. Mas é óbvio que este método não pode ser invocado no presente caso, porque o *quid é* não é objeto dos sentidos, mas do intelecto, como é dito em *Sobre a Alma* III. Permanece, portanto, que não há maneira pela qual o *quid é* possa ser demonstrado.